

CIBERINCLUSÃO INDÍGENA: A defesa da internet como forma de transmissão cultural

Ronaldo Kainan de Souza¹
Guilherme Tomizawa²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal o estudo da ferramenta de comunicação eletrônica (internet), para a difusão e opinião do pensamento dos povos nativos brasileiros, numa perspectiva inclusiva, trazendo o respaldo constitucional para a realização deste projeto igualitário.

Palavras-chave: Indígenas; inclusão digital; cultura.

ABSTRACT

This article aims to study the electronic communication tools (internet), for the diffusion of thought and opinion of Brazilian indigenous people, an inclusive perspective, bringing the constitutional support for the realization of this egalitarian project.

Keywords: Indigenous; including digital; culture.

O século XXI sem dúvida é marcado por uma intensa troca de informação e um aceleração na perda de percepção no sentido utópico³ e acrônico⁴ do espaço que habitamos essa perda de sentidos muito bem esclarecida por Marilena Chaui⁵ se torna inquestionável quando percebemos que a maioria das relações hoje se dá pelo espaço virtual, a exemplo das redes sócias dos bate papos, e-mails, o ser transfere a materialidade das relações (que julga desnecessária) para o computador, ou qualquer outro aparato tecnológico formando assim uma “corrente” virtual onde insere amigos, familiares, seus pensamentos, e que conseqüentemente será visualizada por todos.

¹ Ronaldo Kainan de Souza, acadêmico e pesquisador de direito eletrônico e cultura com iniciação científica pela Organização Paranaense de Ensino Tecnológico (OPET).

² Professor de Direito das Faculdades OPET – orientador.

³ A palavra utopia neste sentido é empregada para designar a ausência de um lugar material, o termo vem "óu" (não) e "topos" (lugar). Significa literalmente "nenhum lugar"

⁴ A palavra acrônico neste sentido é empregada para designar a ausência de tempo, o termo vem do grego "a" (negação, não) e "Chronos" (deus grego do tempo)

⁵ Marilena de Souza Chaui (4 de setembro de 1941) é professora de filosofia e historiadora de filosofia brasileira. Professora titular de Filosofia Política e História da Filosofia Moderna da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), é mestre (1967, com Merleau-Ponty e a crítica do humanismo, sob a orientação do professor Bento Prado de Almeida Ferraz Júnior), doutora (1971, com Introdução à leitura de Espinosa, sob a orientação da professora Gilda Rocha de Mello e Souza) e livre docente de Filosofia (1977, com A nervura do real: Espinosa e a questão da liberdade) pela USP.

Após a revolução industrial o corpo humano se expandiu por causa do telescópio, do telegrafo, da maquina a vapor, do telefone, do radio, da televisão etc. Agora com os satélites e a informática, o nosso cérebro se expande diminuindo distancias espaciais e intervalos temporais até abolir o espaço e o tempo. De fato o universo está online durante vinte e quatro horas, sem obstáculos de distância e de diferenças geográficas, diferenças sociais, diferenças políticas, nem com a distinção entre o dia e a noite, ontem e amanhã. Tudo se passa aqui e agora. Como se vê nas salas de bate papo em que é possível conversar com pessoas do outro extremo do planeta e cuja presença é instantânea (Marilena Chaui- A Contração do tempo e do espaço na sociedade do espetáculo).⁶

Esse fenômeno é um efeito da globalização que diminui fronteiras matérias e as transpõe em endereços no mundo virtual, na perspectiva do geografo Milton Santos⁷ se globaliza e quem atende a vontade de interação são os indivíduos, neste sentido ele escreve "O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza mesmo são as pessoas"⁸.

A Constituição brasileira de 1988 trata os direitos dos povos indígenas em sua sessão II DA- CULTURA e expõe exatamente o aspecto de o estado garantir a povos nativos a inclusão a meios culturais usados por todos.

Artigo 215 - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando o desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder publico que conduzem à:

- I. Defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II. Produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III. Formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV. Democratização do acesso aos bens de cultura;

⁶ CHAUI, Marilena. A contração do tempo e do espaço do espetáculo. 2010. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=X5d1TBpXrq0>
<http://www.cpficultura.com.br/site/2011/09/26/espaco-tempo-e-mundo-virtual-a-contracao-do-tempo-e-o-espaco-do-espetaculo-%E2%80%93-marilena-chau-i-e-olgaria-matos/>
Acesso em 26 de Fev. de 2014

⁷ Milton Almeida dos Santos (Brotas de Macaúbas, 3 de maio de 1926 – São Paulo, 24 de junho de 2001) foi um geógrafo brasileiro. Apesar de ter se graduado em Direito, Milton destacou-se por seus trabalhos em diversas áreas da geografia, em especial nos estudos de urbanização do Terceiro Mundo. Foi um dos grandes nomes da renovação da geografia no Brasil ocorrida na década de 1970.

⁸ SANTOS, Milton (2000) Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal, Record, São Paulo.

V. Valorização da diversidade étnica e regional.⁹

A Constituição Federal é clara quanto às responsabilidades estatais de promover a diversidade cultural em suas múltiplas formas. Partindo desse princípio e observando que hoje a internet é uma forma de transmissão cultural cabe ao poder público a sua difusão quando assim necessária, principalmente no que se refere a povos indígenas que possuem uma diversidade gigantesca, incomensurável e que se transmitida irá a enriquecer culturalmente a população.

As sociedades humanas tendem a se adaptar as inovações, isto perante a vida humana é fundamental, a capacidade de aprender do *homo sapiens*, também tem que ser levado em consideração. Num primeiro momento esses povos podem estranhar as novas tecnologias (principalmente os mais idosos), pois é algo novo, mas somente o fato de viverem em grupo já facilita a transmissão do conhecimento adquirido.

O homem não varia suas características físicas primordiais, o que muda tão somente é a cultura que varia de povo pra povo, os povos indígenas sempre foram alvo de preconceito desde a colonização do Brasil, esta característica é basicamente um fenômeno social chamado etnocentrismo, ou seja, a tendência de valorizar mais os padrões do próprio grupo que dos outros grupos. Os padrões de referencia do próprio grupo são tomados de ponto para as avaliações. Toda e qualquer avaliação etnocêntrica deve e tem que ser desconsiderada, indígenas tem que mostrar seu ponto de vista e sua realidade, promovendo o conhecimento de toda a população.

Quando não se aceita o fato de integração desses povos por meio da comunicação instrumental, nega-se o fato de a socialização não acontecer somente com interação direta, as comunicações de massa vem somente a enriquecer a transmissão cultural da perspectiva do agente vivente da cultura em questão. É na transmissão do conhecimento que a cultura é aprendida e em muitos casos entendida.

O nosso sistema econômico capitalista tende a reduzir as individualidades em nome de uma logica de mercado, que valoriza padrões de beleza e de consumo, e que não se encaixa nele esta à margem da sociedade. Indígenas estão sempre associados a ideia de retrocesso, quando se fala “os índios são atrasados” desconsidera a pluralidade cultural, ou seja tudo que é produzido e que caracteriza um determinado grupo, um sistema de padrões comuns, basicamente escritos(ou não) e costumeiros. Segundo a FUNAI Estima-se que cerca de 1.300 línguas indígenas diferentes eram faladas no Brasil há 500 anos, hoje é 180, número que exclui aquelas faladas pelos índios isolados, uma vez que eles não estão em contato com a sociedade brasileira e suas línguas ainda não puderam ser estudadas e conhecidas. Já que o computador (esse exemplo de comunicação que é o objeto deste artigo) tem um alcance grande no mundo contemporâneo isso pode e deve ser usado para a transmissão e divagação cultural de povos tão vitima de praticas etnocêntricas.

⁹ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998

A experiência com a internet.

Hoje se tem a existência de pequenos núcleos de transmissão cibernética da cultura indígena brasileira, mas são pouquíssimos levando em consideração a dificuldade de acesso a novas tecnologias que esses povos têm. A locomoção de tecnologias não faria sentido a povos nativos brasileiros totalmente isolados, que segundo imagem de satélite são aproximadamente 30 aldeias na Amazônia, mas faria sentido a povos situados nas regiões metropolitanas e que, portanto já teriam um maior contato com tecnologias como a televisão e o rádio, a esses indígenas sim seria favorável e benéfico.

Em nível de análise posso destacar o blog indígena intitulado “ÍNDIOS ONLINE” surgido em 2004, percebe-se nesta página um novo modo de trabalhar com a rede de computadores, especialmente no que diz respeito a transmissão da cultura e da problemática política que é abordada no site, essa página é uma chamada para politização e uma forma de protesto que tem um alcance gigantesco. Há também uma vontade de articularem as várias aldeias para que assim possam ter uma comunicação. Em certos pontos da página os organizadores convidam indígenas e simpatizantes da causa a assinarem abaixo assinadas em prol da causa de delimitação das terras a prazo de urgência.

A também uma questão da qual toda a comunidade indígena esta lutando que é a questão da “Usina de Belo Monte”, da qual tem destaque no site também. Sobre isso o indígena Ararawã escreve relatando o que outro fala:

“Insistimos que nossa pauta é contra as hidrelétricas. Não fomos consultados e, ao contrário, quando o governo esteve em nossas comunidades, assassinou um indígena. Queremos unificar os povos do Xingu, Tapajós e Teles Pires, além de envolver toda a sociedade nessa luta”, declarou Valdenir Munduruku.¹⁰

Segundo os gestores do “ÍNDIOS ONLINE” o movimento tem na internet tem por objetivos:

Índios online é um canal de diálogo, encontro e troca. Um portal de diálogo intercultural, que valoriza a diversidade, facilitando a informação e a comunicação para vários povos indígenas e para a sociedade em forma geral. Nos conectamos á internet em suas próprias aldeias, Casas, Lan Houses,

¹⁰ Portal Xingu Vivo, Campanha contra hidrelétricas unifica povos dos rios Xingu, Tapajós e Teles Pires e precisa do seu apoio. Colabore. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2013/05/17/campanha-contra-hidreletricas-na-amazonia-unifica-povos-dos-rios-xingu-tapajos-e-teles-pires-e-precisa-do-seu-apoio-colabore/>> Acesso em: 04 de Fev. de 2014.

Escolas e Universidades realizando uma aliança de estudo e trabalho em benefício de nossas comunidades e do mundo. Nossos objetivos são: Facilitar o acesso à informação e comunicação para diferentes povos indígenas, estimular o diálogo intercultural. Promover-nos a pesquisar e estudar nossas culturas. Resgatar, preservar, atualizar, valorizar e projetar nossas culturas indígenas. Promover o respeito pelas diferenças. Conhecer e refletir sobre a nossa situação atual. Salvar os bens imateriais mais antigos desta terra Brasil. Disponibilizar na internet arquivos (textos, fotos, vídeos) sobre os nossos povos para Brasil e o Mundo. Complementar e enriquecer os processos de educação escolar diferenciada multicultural indígena. Nos qualificar para garantir melhor nossos direitos. (ÍNDIOS ONLINE, 2010)¹¹

O que se pretende com a inclusão de povos nativos ao novo meio de comunicação chamado internet é sem dúvida tornar protagonista o até então coadjuvante. Programas de inclusão digital ofertados pelo governo (na maioria das vezes) atendem somente a parcela populacional citadina e que, portanto se vê privilegiada em relação a indígena.

Outras experiências podem ser aqui relatadas, experiências que deram certo envolvendo a iniciativa privado e o governo para a promoção da inclusão é o caso do programa desenvolvido pelo Comitê para Democratização da Informática (CDI), que promoveu um programa de inclusão indígena.

Alto-Juruá, Acre. Na divisa do Brasil com o Peru fica a terra dos Ashaninka. Enquanto as mulheres cuidam da comida, das roupas e das crianças, os homens não descuidam da vigilância. Ao contrário de seus antepassados, eles não estão preocupados com perigos naturais. O risco por lá são madeireiros peruanos. Para lutar contra eles, a tribo percebeu que arcos e flechas não seriam suficientes. Se o inimigo é novo, inovação na forma de enfrentá-lo.

Foram duas as armas escolhidas: um painel solar para a energia e um computador. Os Ashaninka entenderam que para enfrentar rivais equipados com rádios sofisticados e munição pesada era melhor apostar na tecnologia e na comunicação. Da aldeia foram enviados e-mails para ONGs e para o governo. As informações foram imediatamente recebidas na Presidência da República e repassadas à Polícia Federal e ao comando do Exército, que montaram uma ação para prender os invasores. Deu certo.

Tão certo, que a tecnologia passou a fazer parte da vida dos índios, que hoje mantêm um blog e estão no Twitter. “Os Ashaninka descobriram uma forma de usar a internet como

¹¹ Portal Índios Online, Quem somos. Disponível em: <http://www.indiosonline.net/quem-somos/>> Acesso em: 04 de Fev. de 2014.

ferramenta de libertação. Essa prática deve ser adaptada a distintas realidades, mas sempre faz com que pessoas e comunidades possam, efetivamente, se inserir num novo mundo”, comenta Rodrigo Baggio, diretor executivo do Comitê para Democratização da Informática (CDI). Foi o Comitê que proporcionou o acesso da tribo à tecnologia.

Para montar uma rede de comunidades tradicionais conectadas com o ideal de proteção de sua cultura, território e biodiversidade, o CDI criou, em 2003, o projeto Rede Povos da Floresta. Desde então foram implantados pontos de acesso à internet em comunidades do Acre, Amapá, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No início de 2007, a Rede estabeleceu acordo com os Ministérios das Comunicações e do Meio Ambiente e, com esta articulação, já são mais de 120 mil pessoas direta e indiretamente beneficiadas.

“Toda essa ciência voltada para o mundo do branco também faz parte da ciência do povo indígena. O computador é um instrumento a mais para a nossa vida, para nós podermos mandar a nossa mensagem e receber mensagens, utilizar essa mensagem de forma estratégica, aprender a lidar com cada um desses mundos diferentes, para termos argumentos para nos defender e preservar nossa cultura”, diz o líder dos Ashaninka, Benki Ashaninka.

Uma rede na grande rede O que Benki fala é comprovado, na prática, por iniciativas como a rede Índios On Line, que conta com a parceria do Ministério da Cultura e do Oi Futuro e é apoiada pela ONG Thydêwá. Criado para ser um canal de diálogo entre tribos indígenas, o portal valoriza a diversidade, facilitando a informação e a comunicação de sete nações indígenas: Kiriri, Tupinambá, Pataxó-Hãhãhãe e Tumbalalá, na Bahia; Xucuru-Kariri e Kariri-Xocó, em Alagoas; e Pankararu, em Pernambuco.

Ao se conectarem, os índios destas tribos realizam uma aliança de estudo e trabalho em benefício de suas comunidades. “Ao facilitar o acesso dos indígenas a tecnologias de informação e comunicação estamos dando a chance deles desenharem sua inclusão social. A internet é, para eles, uma arma de emancipação, um canal de diálogo com o mundo que proporciona respeito e desenvolvimento integral”, afirma Sebastián Gerlic, presidente da Thydêwá.

“Além de servir como veículo de informação, temos a inclusão digital como uma grande aliada na melhoria da qualidade de vida de nossos povos. Com a internet temos a possibilidade de expor nossas opiniões, salvaguardar nossos patrimônios físicos e culturais, divulgar nossos cotidianos, nossas dificuldades e

avanços. Além de adquirir novos conhecimentos, tanindígenas como não indígenas”, acrescenta Alex Pankararu, coordenador da Índios On Line.

Para quem pensa que a tecnologia pode pôr em risco a cultura indígena, a rede mostra que o caminho que tem sido seguido é o oposto. “Uma das preocupações, assim que os povos indígenas começaram a se conectar, era de que os jovens se deslumbrassem com o mundo digital. Por conta disso, começamos a pensar na internet de uma forma mais cultural, como uma mídia escrita e publicada de dentro das comunidades para o mundo. Começamos a perceber a importância de registrar nossa cultura e descobrimos que a internet pode reforçar muito a identidade étnica dos jovens indígenas.

Na rede Índios Online, os índios participam de fóruns temáticos, se comunicam em um chat, podem fazer cursos a distância e se corresponder por e-mail. Nesta e em outras redes semelhantes, eles pesquisam suas culturas, resgatam suas histórias e tradições e compartilham seus conhecimentos. Ao escreverem, gravarem, fotografarem e filmarem estão valorizando e preservando suas origens.¹²

É possível a implantação de centros informacionais em comunidades indígenas?

Comunidades indígenas sofrem hoje com um problema corrente, jovens tem que se deslocar até a cidade, causando assim um êxodo das aldeias. A locomoção dessa tecnologia até então nova para esses povos iria auxiliar para que a cultura indígena seja mantida e preservada no seu espaço, e com um novo componente que é o computador e a internet.

É claro que as tecnologias nem sempre fizeram parte do dia a dia, mas com certeza auxiliarão para a formação de uma plataforma cultural a serviço da comunidade, como já notado na página “Índios online”, onde decisões referentes a toda a coletividade são expostas abrindo espaço para o debate.

A importância de uma pessoa que tenha trânsito entre as comunidades é essencial, pois é ela que em muitos casos fará a ponte aldeia e cidade e transmitirá a vontade e as necessidades desses povos, para assim uma política inclusiva que possa alcançar a todos efetivamente.

Em 2013 a ministra Martha Suplicy, anunciou Uma série de medidas que visam o fortalecimento da Cultura Indígena. Entre as ações, a ampliação da rede dos Pontos de Cultura Indígenas e a parceria com o Ministério das Comunicações que garantirá a instalação de 50 antenas GESAC - que levam internet para lugares

¹² Conexão aluno, Índios conectados: tradição na era digital. Disponível em: <http://www.conexaoaluno.rj.gov.br/especiais-19a.asp>> Acesso em: 04 de Fev. de 2014.

remotos - em Pontos de Cultura. A questão inclusiva da internet já é um tema abordado devido às políticas públicas dos últimos anos, a questão que se põe é a expansão e manutenção destes meios alternativos de transmissão de conhecimento.

Os programas de inclusão digital estão geralmente caminhando com parcerias feitas pelo governo federal com a iniciativa de ONG'S, como mostra um novo projeto de expansão da internet para povos indígenas extrativistas no Acre:

Depois das aldeias indígenas Ashaninkas e Yawanawa, agora mais 11 pontos de conexão de internet serão instalados no Acre, em aldeias e reservas extrativistas. A novidade faz parte do projeto de conexão da Rede de Monitoramento, Vigilância e Educação Ambiental de Comunidades Tradicionais e Indígenas e de Áreas Protegidas. A intenção é garantir entre outras coisas, mais facilidade no acesso ao ensino.

Trata-se de uma malha digital que levará sinais de satélite, internet, educação ambiental e um cardápio de serviços públicos online a populações tradicionais e indígenas que vivem em Unidades de Conservação de 13 estados brasileiros. Cerca de 200 outros pontos cadastrados aguardam implantação.

Os pontos entram em funcionamento nos próximos dias. Serão sete na Reserva Extrativista Alto Juruá, três nas Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Breu, Ashaninka do Rio Amônia e Apolima Arara, um na Escola Ayoninka Antami e um na sede do município Marechal Thaumaturgo.

De acordo com o assessor especial dos povos indígenas do Acre, Francisco Pinhanta, a intenção é promover uma maior integração entre as populações tradicionais, garantindo a preservação das tradições culturais e um projeto de preservação do meio ambiente.

“ Esse projeto é de fundamental importância para os povos indígenas que vivem isolados e sensíveis à ação de madeireiros e invasores. Por isso, com a chegada da inclusão digital poderemos unir forças com outras comunidades e lutar pela preservação do meio ambiente e de nossas riquezas culturais” , disse ele.

A iniciativa inclui três tipos de pontos, articulados em pólos regionais ou territoriais: núcleos comunitários, em sítios de comunidades tradicionais ou indígenas, centros de formação e articulação, em áreas urbanas estratégicas para acesso às comunidades tradicionais, indígenas e áreas protegidas, e pontos de monitoramento remoto, não-comunitários.

O projeto é fruto de um acordo entre os ministérios do Meio Ambiente (MMA) e das Comunicações e a Rede Povos da Floresta - grupo que remonta à Aliança dos Povos da Floresta, de Chico Mendes. O acordo de cooperação técnica em que se baseia o projeto de inclusão digital foi firmado em março deste ano, no âmbito do programa Governo Eletrônico Federal de Atendimento ao Cidadão (Gesac), entre os dois ministérios e a Associação de Cultura e Meio Ambiente (RJ), representante da Rede Povos da Floresta.

O principal objetivo do projeto de inclusão digital é fortalecer o papel das comunidades tradicionais e dos povos indígenas na gestão ambiental de áreas protegidas e seus entornos, valendo-se de monitoramento, vigilância e educação ambiental - sempre de forma articulada com suas próprias políticas culturais e educativas e suas agendas de promoção da sustentabilidade.

Os equipamentos já chegaram aos locais onde serão instalados os pontos e em breve as comunidades terão acesso à internet e a um acervo grande de conteúdo educacional.¹³

O tema inclusivo é recorrente na academia em novembro de 2010 aconteceu em São Paulo o 1º simpósio indígena sobre o uso da internet, coberto referencialmente pelo Instituto sócio-ambiental (ISA). O encontro reuniu 24 representantes de comunidades indígenas, oriundos de 16 povos e 13 estados do Brasil e permitiu consolidar os nós de uma rede de protagonismo indígena sobre as políticas de inclusão digital.

Organizado pelo Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da universidade, o Simpósio se propunha como um espaço de expressão das preocupações indígenas sobre o tema da internet, debatendo o uso cotidiano dessa tecnologia nas aldeias e as dificuldades que esse uso acarreta.

Também foi destacada neste encontro a importância da internet para estes povos, no que tange ao seu protagonismo político.

Um dos aspectos também marcantes nas discussões do Simpósio foi a relação entre comunicação e política.

As questões de liderança e organização política dos grupos mostraram ter uma incidência determinante no curso dos projetos de inclusão digital nas comunidades. Os casos são muitos e diversos, mas foi possível perceber uma linha de demarcação bastante clara entre a situação dos grupos em que

¹³ Unidades de Conservação no BRASIL, Governo garante inclusão digital para aldeias indígenas. Disponível em: <http://uc.socioambiental.org/noticia/governo-garante-inclusao-digital-para-aldeias-indigenas> > Acesso em: 04 de Fev. de 2014.

chegada da internet se limitou a preencher a agenda externa dos parceiros de projetos e a situação dos grupos cujos atores políticos integraram a gestão dos meios de comunicação em um projeto político.

Em sentido inverso, os projetos de comunicação também incidem sobre a organização política dos grupos. Isto porque as posições de chefia ou liderança estão sendo questionadas e reavaliadas neste processo. Não raro, as questões colocadas pela chegada da internet na comunidade reconfiguram esses papéis.

O caso mais claro nesse sentido é o suruí paiter. A criação do Plano Suruí 50 Anos, um plano de sustentabilidade territorial que envolve na sua base um vasto projeto de comunicação com a sociedade não indígena, levou os Suruí Paiter a resgatar e a adaptar seu modelo político tradicional ao contexto atual, porque este era, segundo seu líder Almir Suruí, a única forma de organização capaz de garantir um consenso para as decisões envolvidas no plano. Neste “novo modelo tradicional”, eles criaram um cargo de líder maior do povo suruí, o labiway e saga, que é o representante dos Suruí perante a sociedade não-suruí e o responsável pela articulação da política com os atores externos. O labiway e saga é designado pelas lideranças tradicionais de cada aldeia, que continuam representando a autoridade legítima entre os Suruí. Essa foi a maneira como os Suruí adaptaram seu modelo político a uma situação em que têm de assumir coletivamente responsabilidades cada vez maiores, pela realização do Plano 50 Anos e o empoderamento de suas relações no plano externo.

Isso mostra que a articulação entre o uso da internet e as formas de organização social e política indígenas pode fortalecer essa organização e ao mesmo tempo atualizá-la. Nesse sentido, o uso dos meios de comunicação mostra ser um importante instrumento na atuação dos grupos sobre o próprio destino, na gestão e ampliação de suas relações com a sociedade não indígena. Política e comunicação aparecem mutuamente dependentes e se confundem em muitos aspectos, dando a entender porque a gestão dos meios de comunicação e especialmente da internet é um assunto polêmico para os grupos e tem bastante influência na sua organização.

Quando a tecnologia de comunicação se inscreve na visão política das lideranças como um meio renovado de produzir as práticas sociais e culturais do grupo, e não como um fator de ruptura dessas práticas, ela é apropriada. É justamente porque a ideia importante associada à tecnologia de comunicação é a de continuidade, que ela pode ser um instrumento de empoderamento para o grupo. O Simpósio demonstrou que a capacidade das lideranças indígenas em enxergar nessas ferramentas um projeto político e tomar para si sua utilização está em pleno crescimento. (Edição de relatos e informações colhidos no I Simpósio Indígena sobre os Usos da Internet e do texto “Para que diabo os índios precisam da internet?”, de Nicodème de Renesse, agosto, 2011).¹⁴

Fica claro, portanto a necessidade de uma plataforma de comunicação digital para promover a integração cultural/política dos povos nativos brasileiros tornando assim os mesmos como protagonistas, e agentes ativos para a construção de sua história (na perspectiva digital).

CONCLUSÃO

Diante do apresentado no artigo, conclui-se que há uma necessidade visível em se discutir a inclusão digital dos povos indígenas. Toda a história esposada sobre trajetória cultural e política dos povos indígenas é sobre a perspectiva do dominante (ainda que a dominação seja complacente), faz-se portanto necessário programas públicos para a inclusão desta parcela tão discriminada e vítima de etnocentrismos estabelecidos historicamente, mas que hoje começam a serem questionados. Percebe-se também que o atual governo demonstra uma vontade (ainda que inicial), de políticas inclusivas, ainda que restritas.

Alguns portais de protagonismo indígenas se destacam como é o caso do “Índios online”, que usa a plataforma de comunicação digital como uma chamada política entre povos de todo o país, fazendo isso de uma forma autônoma. Entra neste contexto a iniciativa (também) privada através da chamada “responsabilidade social” e também através de Ong’s.

Começa a surgir, portanto o início de uma longa trajetória para a luta da paridade digital, ainda que tímida das etnias indígenas no Brasil.

Referencia(s) bibliográfica(s)

¹⁴ Povos Indígenas no Brasil, O que dizem (e pensam) os índios sobre as políticas de inclusão digital. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/web-indigena/o-que-dizem-e-pensam-os-indios-sobre-as-politicas-de-inclusao-digital> > Acesso em: 04 de Fev. de 2014.

SOUZA, Ronaldo Kainan e TOMIZAWA, Guilherme (orient.) Ciberinclusão Indígena: A defesa do acesso a internet como forma de transmissão cultural. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano IV

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal, Record, São Paulo, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.